

Ata da 35ª Sessão Ordinária no 2º Período do 23º Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim, realizada no dia 17 de Novembro de 2015.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e quinze, sob a presidência do Vereador **André de Azeredo Dias**, realizou-se a *Trigésima Quinta Sessão Ordinária no Segundo Período do Vigésimo Terceiro Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim*. Dando início à reunião, o senhor **Presidente** pediu ao Segundo Secretário que fizesse a chamada dos Srs. Vereadores, verificando-se a ausência do vereador Fernando Amaro Garcia, e informou que este se encontrava à disposição desta Casa. Logo após, colocou em discussão a ata da sessão anterior, que, não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, foi aprovada por unanimidade. Após, pediu ao Primeiro Secretário que fizesse a leitura dos documentos constantes do *EXPEDIENTE*, a saber: **PROJETOS DE LEIS**: - n.º **1.106/2015**, de autoria do ver. **Claudio Vicente Vilar**; - n.º **1.107/2015**, de autoria do ver. **André de Azeredo Dias**; **INDICAÇÕES**: - n.ºs **667, 668, 669 e 670/2015**, de autoria do ver. **André de Azeredo Dias**; - n.ºs **671, 672, 673, 674 e 675/2015**, de autoria do ver. **Franklin Adriano Pereira**; - n.ºs **676 e 686/2015**, de autoria do ver. **Claudio Vicente Vilar**; - n.ºs **677, 678, 679, 680 e 681/2015**, de autoria do ver. **Fernando Amaro Garcia**; - n.ºs **682, 683, 684 e 685/2015**, de autoria do ver. **Marlon Vivas**; - n.ºs **687, 688, 689 e 690/2015**, de autoria do ver. **Alcione Barbosa Tavares**; - n.ºs **691, 692 e 693 /2015**, de autoria do ver. **Rosalvo de Vasconcellos Domingos**. A seguir, o Sr. **Presidente** passou a palavra aos Srs. Vereadores. Com a **palavra**, o Vereador **Marlon Vivas** iniciou suas palavras parabenizando os nobres Edis pelas inúmeras Indicações, e disse que agindo daquela forma estavam demonstrando os seus trabalhos e afincando junto àquele mandato. Declarou que era dever do Vereador fiscalizar e legislar, mas também observar as coisas que atualmente não estavam tendo o devido andamento no município, a fim de que os problemas fossem sanados. Ressaltou que percebeu muitas Indicações em relação ao Serviço Público e à Secretaria de Obras, e falou que realmente entendiam que havia uma necessidade grande de darem maior atenção àquela Pasta. Registrou a presença do Assessor do Deputado Roberto Sales, o Sr. Naldo Fiel, o qual se encontrava presente, e do ex-Vereador do Município de São Gonçalo, Sr. Miguel. Disse que eles eram pessoas que marcaram um horário em sua agenda, para com ele, Ver.Marlon, tratarem de assuntos que beneficiavam o município, cuja relevância podiam ser fundamentais e essenciais para a Administração e a economia do município, deduzindo que tinha a certeza de que o nobre Assessor estaria trazendo algo de importante, uma vez que estivera com Roberto Sales e o mesmo se comprometera a ajudá-los. Assim, enfatizou a felicidade em tê-los presentes naquela Casa e que eram muito bem-vindos. Após, em relação ao que o Vereador Magal comentara acerca da Biblioteca Municipal, informou que a mesma havia sido transferida para

onde funcionava o PRONATEC, no bairro Iconha, e explanou que não sabia se a referida biblioteca já estava em funcionamento. Ato contínuo, parabenizou o Vereador pela preocupação com a instituição. O nobre Edil falou que cerca de três ou quatro Sessões atrás ele tinha solicitado uma agenda junto ao Secretário de Estado, Sr. Mariano Beltrame, pelo qual fora recebido na última quinta-feira, para discutir sobre a segurança do município de Guapimirim. Disse que não poderia deixar de registrar aquele acontecimento, e por tal razão pediu uma Moção de Aplausos para o Secretário Mariano Beltrame, dizendo que se houvesse a festividade de fim de ano, o mesmo seria o seu agraciado com o Título de Guapimirim, em consideração à recepção que o Secretário lhe fizera quando se reuniram para falar sobre o município. Contou que ao chegar ao local da reunião o Secretário já estava com os dados específicos em mãos, pois já sabia que tratariam de assuntos relacionados à Segurança Pública, portanto, aqueles dados eram extremamente importantes. Assinalou que o Secretário estava de prontidão, juntamente com o Comandante Geral da Polícia Militar e, também, com o Chefe da Polícia Civil, o qual comandava a região de Guapimirim e adjacências. Disse que lhe foram fornecidos dados e informações importantíssimas, as quais estaria repassando em sua rede social, através do facebook, e que eram informações que a população precisava tomar conhecimento, a fim de pudessem realmente fazer algo para a Segurança Pública. Enfatizou que era claro e notório que a violência aumentara significativamente na cidade deles, e que todos vinham percebendo aquele fato diariamente, em função de assaltos a mão armada, furtos e assassinatos. Esclareceu, todavia, que muitas vezes aqueles crimes não eram registrados, e explicou que quando o Secretário fizera o demonstrativo para ele, Ver. Marlon, da margem que existia, ou seja, a mínima e a máxima de segurança pública dentro do município, havia apontado que Guapimirim estava exatamente dentro da estrada, isto é, o Estado ainda não os olhava como uma cidade que havia tido um aumento significativo de criminalidade. Falou que aquilo acontecia porque muitos dos registros não eram realizados, confidenciando que ele próprio tinha passado por aquela experiência, pois sua sobrinha tivera o celular roubado e não passara pela sua cabeça que deveria ter ido à delegacia registrar o furto. Assim, fez um apelo a todos presentes para que levassem aquela informação do quanto era importante registrar a ocorrência, independente do tipo de furto, visto que posteriormente o registro se transformaria dados estatísticos permitindo que, a partir deles, solicitassem o aumento do efetivo. Então, embora tenham sido muito bem recebidos, o Secretário não tinha se comprometido a aumentar o efetivo, mas em função de tudo que apresentaram, com dados concretos do que acontecia no dia a dia na cidade de Guapimirim, o mesmo ficara de aprofundar os estudos e tentar trazer uma solução. A seguir, o Vereador Marlon disse ao Sr. Presidente que havia trazido uma informação, logo, pediu o apoio daquela Casa naquele sentido, a fim de que eles conseguissem estabelecer uma comunicação, a qual considerava de grande valia, apesar de o governo

municipal não ter gerência na segurança pública do município, uma vez que era uma prerrogativa do Estado. Informou também que fora surpreendido pela notícia da existência do PROEIS, indagando se os demais Edis tinham conhecimento do mesmo, dizendo que se tratava de um convênio entre o Município e Governo do Estado, o qual permitia que aquele pudesse contratar policiais para atuar na sua região, ou seja, atualmente existia a possibilidade concreta de o município fazer um convênio junto ao Governo do Estado e aumentar o seu efetivo. Disse que já fizera contato com o Prefeito a respeito daquilo e pediu aos demais colegas que o ajudassem naquele pleito, para que juntos pudessem trabalhar aquela proposta e, assim, conseguissem aumentar o efetivo e garantir a segurança pública do município. Em **aparte**, o Vereador **Franklin Adriano Pereira** disse que estivera na polícia militar por vinte e sete anos e ponderou que aquele sistema de metas era equivocado, porque o tráfico de drogas não era incluído no sistema de metas, asseverando que podiam prender um milhão de traficantes, com apenas um batalhão dando conta. Então, enfatizou que o sistema de metas com o qual trabalhavam era um sistema equivocado, e afirmou que o tráfico de drogas vinha aumentando e, por consequência, resultando em determinada violência. Continuou dizendo que em uma cidade como Guapimirim, se perdesse um cidadão assassinado por roubo de moto, para ele, Franklin, já tinham perdido a guerra, explanando que não acreditava que uma pessoa falasse que o município não merecia atenção. Sobre o PROEIS, disse que na realidade consistia num convênio entre a Prefeitura e o Estado, onerando a Prefeitura pela segurança pública, defendendo, em seguida, que era uma situação que eles não podiam admitir, visto que segurança pública era dever do Estado. Registrou a presença do Subtenente Zago, e disse que o mesmo era um grande companheiro e que vinha trabalhando muito naquela luta; secando aquele gelo. Falou que sabia que eles trabalham na prevenção, portanto, não admitia também que o Secretário de Segurança dissesse que primeiro tinha que morrer oitocentas pessoas para ter um alto índice de criminalidade, bem como que determinado número de pessoas fosse assaltada para que se aumentasse o policiamento. Afirmou que a Polícia Militar realizava um trabalho preventivo, pois tinha que agir antes que o crime acontecesse, e que aquele discurso que a Secretaria de Segurança e o Comando da polícia usavam, isto é, de que as estatísticas do município eram baixas, ele, Ver. Franklin, decididamente não tolerava. Exemplificou dizendo que se um pai perdesse um filho sentiria uma grande dor, logo, o índice daquela família seria enorme; assim, falou que deveriam arregaçar as mangas, se unirem e brigarem para melhorar. Citou que havia cidades, como Arraial do Cabo, que tinham oito DPO's, com uma população menor que Guapimirim, logo, tinha a certeza que o índice de criminalidade de lá era menor do que a de Guapimirim, sendo que a cidade deles só tinha um DPO. Ressaltou que estavam sendo tratados com descaso pelo Estado e pelas autoridades da área da Segurança Pública, reiterando que deveriam brigar, lutar e dar as mãos

para aumentar o efetivo, porque daquela forma dariam suporte para o policial. Asseverou que muitas vezes as pessoas criticavam o policial, mas o efetivo era tão pequeno que não conseguia fazer mais do que devia. Logo, pediu a todos para que se juntassem a ele, Ver. Franklin, e a população ordeira que não tolerava o tráfico, e que todo dia denunciava, bem como não participava e não apoiava aquela conduta ilícita, como muitas vezes existia na cidade do Rio de Janeiro, em que a população acobertava o vagabundo, assegurando que ali no município aquilo não acontecia. Ratificou que deveriam estar junto à população, e que no momento que o Vereador trouxesse o Secretário na cidade, podia ter a certeza de que ele, Franklin, falaria tudo aquilo ao mesmo. Esclareceu que era um humilde sargento da Polícia Militar, com muito orgulho, e estava Vereador da cidade de Guapimirim, dizendo que para os demais podia ser uma cidade pequena, mas para ele, Ver. Franklin, era uma grande cidade, com um grande povo, e que ele iria lutar e dizer aquilo ao Secretário, que era para tratá-los com respeito e que não deveriam esperar acontecer para agir, deduzindo, por fim, que o tráfico de drogas teria, sim, de entrar para a estatística. **Continuando**, o Vereador **Marlon Vivas** agradeceu o Vereador pelo aparte, mas que gostaria de dizer ao nobre Edil que como o mesmo falara, que havia sido exatamente o que ele, Marlon, fizera, ou seja, tinha ido em busca do Secretário para que buscassem um caminho de solução, e que não discordava de sua opinião. Disse que entendia a indignação de Sua Excelência, já que o mesmo vinha de origem policial, então devia ter vivido muitas coisas, as quais, com certeza, o afligia. No entanto, explicou que o que tinha sido mais enfatizado pelo Secretário não era a questão de que tinha que esperar acontecer, mas sim que aqueles dados não estavam sendo registrados, logo, ele não conseguia ter aquele cenário claro, ou seja, de que tinha aumentado o índice de criminalidade. Dando continuidade, fez um apelo à população para que fizessem o registro de ocorrência, a fim de que pudessem reivindicar, mas fazê-lo com subsídios para poder tratar a questão. Disse que foi em tal sentido que fizera a colocação, afirmando entender, também, que o Estado possuía um efetivo muito pequeno, logo, concordava com Sua Excelência quando falava que a intervenção do município era uma intervenção que não deveria acontecer, tendo em vista de que se tratava de uma prerrogativa do Estado. No entanto, também era necessário que se afirmasse que eles, as autoridades locais, não podiam esperar que se morresse para só então intervir, haja vista a existência, na atualidade, de uma possibilidade de intervenção por meio de convênio, e ainda que tal medida trouxesse ônus para o município ele, Ver. Marlon, iria fazer o pedido ao Prefeito. Para tanto, estaria fazendo aquela Indicação, e pediu, em seguida, a participação em conjunto de todos os colegas daquela Casa; para que a Prefeitura assumisse, se fosse o caso, aquele custo e, assim, conseguissem diminuir o índice de criminalidade da cidade. Prosseguindo, comentou sobre um Projeto de sua autoria, o qual estaria encaminhando ao Prefeito. Relatou que estivera na semana anterior na companhia de algumas pessoas que fizeram a implantação da

moeda de Maricá, a moeda *Mombuca*, e que como havia falado na Sessão anterior, gostaria muito de poder criar um programa social econômico para a cidade, a fim de que pudessem enfrentar aquela crise. Disse que na semana anterior buscara contato com pessoas que integraram a equipe de implementação da mencionada moeda, inclusive registrou a presença do Sr. Miguel, o qual tinha sido o Secretário responsável por tal implantação, contando que conversaram muito a respeito do assunto, quando então surgira a possibilidade de a moeda de Guapimirim ser chamada de “Moeda Dedo de Deus”. Falou que defendia aquele nome para a moeda porque considerava ser uma forma de promover a cidade e de constituir, de vez, aquela questão de que o Dedo de Deus pertencia à Guapimirim, além de aquecer a economia do município. Portanto, reiterou que estaria encaminhando aquela Indicação, explicando que se tratava de um Projeto de prerrogativa do Poder Executivo, uma vez que criava despesas para o mesmo, mas ressaltou que gostaria muito que, diante da crise que estavam enfrentando, o Poder Executivo também acatasse e fizesse aquela discussão com muito carinho e de forma aprofundada, para que pudessem enfrentar aquela crise e passar por ela da maneira que mereciam. O nobre Edil explicitou que a implementação consistia, basicamente, em que o Poder Executivo apresentasse Projeto de Lei para criação de um programa social de economia solidária, combate à pobreza e desenvolvimento econômico e social, para a população de Guapimirim. Assegurou que tal Indicação Legislativa se justificava, tendo em vista que a cidade de Guapimirim possuía aproximadamente cinquenta e sete mil habitantes, onde uma boa parte das famílias estava vivendo abaixo da linha de pobreza, ou seja, com renda familiar inferior a um salário mínimo. Acrescentou que era público e notório que a crise existente no Brasil, e também as dificuldades econômicas do Estado do Rio de Janeiro, inevitavelmente, provocavam na cidade deles um impacto socioeconômico, o que os obrigava a tomar medidas de contenção de despesas e, sobretudo, assegurar aos munícipes o necessário para as suas sobrevivências, instituindo-se para tanto o Programa de Economia Solidária, o qual além de complementar a renda, incentivava o desenvolvimento econômico e social da cidade de Guapimirim. Assim, disse que a proposta e a justificativa eram aquelas, deduzindo que aquele Programa vinha acompanhado de uma série de benefícios e, realmente, ele, Marlon, acreditava que traria para o município um grande resultado. Dando continuidade, o ilustre Vereador, “pegando carona” naquele mesmo Programa Social, contou que prestara um atendimento a determinado servidor público na semana anterior, o qual o tinha procurado em razão de estar necessitando comprar medicamentos. Disse que todos sabiam o quanto o salário mínimo estava desvalorizado e o quanto era pouco para prover uma família com aquela quantia. Falou que era de conhecimento geral que dois ou três dias após o recebimento do pagamento, o trabalhador já não tinha mais recursos para prover o sustento da família, e que se o mesmo tivesse qualquer tipo de emergência, apresentava dificuldades. Pensando em tal situação e toda a

dificuldade pela qual o servidor passava, vislumbrou a possibilidade de criarem também um cartão do servidor público, que funcionaria de forma semelhante ao de cartão de crédito, ou seja, o funcionário receberia o salário normal, mas teria trinta por cento do salário a mais para ser utilizado no cartão, cujo valor seria descontado posteriormente. Ao especificar o funcionamento do cartão, o Ver. Marlon disse que caso o servidor tivesse gastado todo o seu salário nos dois primeiros dias do mês e tivesse necessidade de comprar algum medicamento, ele teria aquele cartão para utilizar nos estabelecimentos conveniados ao município ou a um banco comunitário que fizesse aquela gestão e realizaria a compra do medicamento; então, no mês seguinte, o município repassaria aquele valor à farmácia. Ratificou, após, que gostaria de fazer também aquela Indicação ao Poder Executivo, pois considerava que podia contribuir muito para os servidores do município. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras Indicações, pelo seu comprometimento e sua luta pela população de Guapimirim, mas disse que teria que discordar de algumas opiniões como, por exemplo, o nobre Edil acabara de citar sobre o medicamento, ressaltando que nos dias atuais o cidadão precisava de ir até a farmácia comprar medicamento porque o Poder Público não o oferecia. Relatou que no dia anterior uma senhora estivera em seu gabinete precisando de atadura e uma pomada para fazer um curativo, o qual, outrora, o próprio município fazia; todavia, atualmente, não estava disponibilizando aquela pomada e muito menos uma atadura. Falou que, naquele caso, o cidadão tinha realmente de comprar, quando o Poder Público municipal podia estar agraciando e oferecendo aquela pomada e atadura, pois era o que competia ao Poder Público local e à Secretaria de Saúde. Disse que o Vereador comentara também sobre o aquecimento da economia local, e entendia que era de grande valia aquela Indicação do nobre Edil. No entanto, via outra forma de também aquecer a economia local, o que se daria por meio do aumento do número de empresas, ou seja, trazer grandes empresas para o município. Contou que já estivera com o próprio Prefeito em reuniões juntamente com empresários, para que pudessem trazer as empresas para o município, gerando, por consequência, emprego e renda; e com tal ação tinha a certeza de que o município poderia sair daquela crise. Reiterou que considerava muito importante a colocação de Vossa Excelência, porém, acreditava que as empresas no município geravam trabalho e renda, bem como facilitava muito a vida do munícipe. Parabenizou o Vereador Franklin pela intervenção que fizera com relação à segurança pública, e disse que o Vereador era Policial Militar, assim como ele, Presidente, também o era, e de cujo cargo muito se orgulhava, destacando em seguida que “estava” Vereador. Assinalou que Sua Excelência podia perceber que era uma preocupação já daquela Casa de Leis, havia muito tempo, com relação à segurança pública, e disse que o Vereador Franklin argumentara que não podiam esperar acontecer para depois prevenir; logo, já havia sinalizado a questão na Sessão em que o Vereador iniciara aquele trabalho com a segurança pública. Falou que já

havia apontado aquela dificuldade que o município possuía no que tangia à mancha criminal, dizendo que promoveram o Fórum de Segurança e que tal assunto fora abordado naquele evento, em que várias autoridades da área da segurança pública estiveram presentes. Disse que o Sr. Manoel Figueiredo estivera presente ao Fórum, e que o mesmo os ajudara muito e sabia a dificuldade existente, e que já havia sido sinalizado para Sua Excelência havia três ou quatro Sessões, acerca daquela dificuldade de aumentar o efetivo dentro do município. Lembrou que o Vereador dissera que tal atribuição cabia ao Estado e que a Constituição previa aquela situação, ou seja, que cabia sim ao Estado zelar pela segurança pública, mas que era dever de todos. Assim, disse que discordava do nobre Edil, e pediu que o Vereador Franklin também o perdoasse, mas também não concordava com a opinião de Sua Excelência quando dizia que o município não poderia intervir na segurança. Defendeu que podia sim, e que no Fórum de Segurança Pública ele, Presidente, dera uma palestra sobre a “Teoria da Janela Quebrada”, dizendo que aquela teoria evidenciava que o Poder Público Municipal podia e devia intervir na segurança pública dentro do município; que realmente cabia ao Estado, mas reiterou que era dever de todos, e que o município podia muita coisa para ajudar naquele sentido. Como exemplo, falou que como uma área que estivesse sem iluminação, sem saneamento, se tornava um local propício para a ocorrência de uma ação delituosa, e que quando o Poder Público local participava daquilo e iluminava, tal ação trazia uma sensação de segurança e, conseqüentemente, estava ligado à segurança pública. Assim, disse que o Poder Público podia sim ajudá-los naquele sentido, isto é, podia e devia. Salientou que Sua Excelência vinha percebendo que eles, os Parlamentares, já vinham lutando contra aquilo durante aqueles três anos que estavam naquela Casa, e citou o PROEIS, projeto o qual o Vereador havia citado. Disse que também discordava do referido projeto, porque o município podia, sim, arcar com aquela despesa, lembrando que tinha feito a Emenda ao Orçamento, havia dois orçamentos passados, para que fosse implantado o PROEIS no município e até agora o Poder Executivo Municipal não havia se posicionado naquele sentido. Logo, enfatizou que o município podia sim, e cabia um comprometimento maior do Poder Executivo Municipal e do Estadual, também, com relação ao município no que tangia à segurança pública. Ressaltou que era triste o fato de primeiro se perder vidas para só depois buscar por soluções. Finalizando, o Sr. Presidente disse que vinha lutando muito por tudo aquilo, não só ele, mas como todos os pares daquela Casa, e que iriam continuar lutando, e agradeceu a Sua Excelência por também estar abraçando aquela causa. Com a **palavra**, o Vereador **Max Alexandre Felizardo Castro** iniciou suas palavras dizendo que havia falado anteriormente sobre algumas Indicações que envolviam a Comissão Permanente da Defesa do Consumidor e sobre seus feitos. Disse que, às vezes, as coisas caíam no esquecimento e se empenhavam em nova necessidade e a anterior ficava pela metade, e o serviço, incompleto. Como forma de satisfação àquela Casa Legislativa e

ao público presente, falou que sobre a questão envolvendo a Loteria Esportiva, estavam trabalhando com vistas à definição do seu horário de funcionamento, já que tinham sido procurados pelos cidadãos, ou seja, várias pessoas que tinham aquela necessidade da ampliação do horário da casa lotérica. Asseverou que no caso em tela não seria nem ampliação, mas de se trabalhar no horário estipulado pela Caixa Econômica Federal, pois verificaram na legislação sobre o funcionamento das lotéricas, e informou que naquela semana a Casa Lotérica já estaria sendo notificada. Quanto ao plantão das farmácias, contou que na semana anterior houvera a reunião da Comissão, e que o Sr. Manoel Figueiredo participara da mesma dando-lhes várias idéias e fazendo com que o trabalho evoluísse. Noticiou que a Secretaria de Fazenda já estava lhes fornecendo o endereço de todas as farmácias para que as mesmas pudessem ser convidadas para aquela reunião, pois tinha a certeza de que daria bons frutos para o cidadão de Guapimirim. Disse que na próxima semana também já estariam notificando a CRT, comentando que naquele dia estivera, rapidamente, no pátio, com o Presidente da Federação das Associações de Moradores. Enfatizou que era muito bom poder trabalhar em conjunto com a população e sempre ouvir a voz do povo e a necessidade do cidadão. Falou sobre a necessidade de o Presidente da Federação caminhar junto com o Poder Legislativo, a fim de que pudessem notificar a CRT e, também, marcar uma audiência com os seus responsáveis. Asseverou que deveriam fazer valer o princípio da isonomia, visto que o cidadão de Magé tinha conseguido cinquenta por cento de desconto no pedágio para os automóveis emplacados no município e que Guapimirim não poderia ficar de fora. Disse que deveriam pesquisar qual fora o critério utilizado em Magé e estendê-lo para Guapimirim, que também teria de ser agraciada com o tal benefício. Informou, em seguida, que fecharam o pedágio de Além Paraíba, cuja divisa com Guapimirim estava a uma distância de cem quilômetros, e que pagava o mesmo valor de pedágio sobre aquele percurso imenso, sendo que o cidadão de Guapimirim pagava tarifa semelhante ao do de Além Paraíba. O nobre Edil enfatizou que algo estava errado naquela situação, e ratificou que o povo de Guapimirim deveria ser agraciado com os mesmos cinquenta por cento, pois os problemas que havia em Magé também afetavam o povo de Citrolândia e Guapimirim. Entendia que se a CRT havia concedido cinquenta por cento de desconto para o cidadão de Magé, então Guapimirim, igualmente, merecia o desconto, pois os problemas eram os mesmos. Falou que o grande equívoco era que, às vezes, eram solidários e enxergavam muito o problema do vizinho e o da cidade não era visto. Assim, pediu àquela Casa Legislativa que, juntamente com as Associações de Moradores, pudessem tomar providências, e que a CRT os tratasse de forma igualitária em relação ao desconto concedido à cidade de Magé. Após, disse que estava expedindo ofício com o intuito de saber a respeito do recolhimento do ISS, pois em razão da crise o município perdera receita, logo, queria saber qual o critério e como que a CRT estava fazendo para pagar o ISS devido.

Ademais, qual o método utilizado pela referida empresa para contar os automóveis que cruzavam o pedágio, bem como se fazia uma média dos veículos ou se os números eram indicados por estimativa. Então, disse que queria aquela informação toda porque tinha a certeza de que Guapimirim estava perdendo receita com aquele procedimento, haja vista que estava sendo feito de forma aleatória. Salientou que queria que viesse um representante da CRT àquela Casa de Leis, e que o Presidente disponibilizasse o Jurídico daquela Casa para tratar do assunto, visto que a empresa precisava explicar qual o critério estava sendo usado para o recolhimento de ISS ao município. Externou que tinha a certeza de que a população de Guapimirim ficaria de mãos dadas, e que aquela covardia que a CRT fazia com a população da cidade deles não era correto, e tinha convicção de saíam vitoriosos. Disse que na sua opinião era errada a maneira como acontecia no Brasil, em que o cidadão era bitributado, pois pagava o IPVA e o pedágio. Explicou que na Europa, por exemplo, fora criado o pedágio nas vias alternativas, e que lá o cidadão não era obrigado a atravessá-lo, e ali no Brasil eles criavam o pedágio na única estrada disponível para o cidadão, o qual era obrigado a pagar o preço que eles, seus responsáveis, quisessem. Ressaltou que cabia ao Poder Público aceitar ou não o que eles estavam fazendo, e que deveriam tomar a mesma atitude que as autoridades do município de Magé tiveram. Comentou que o Sr. Presidente já havia falado em trazer empresas para o município, e avisou que na próxima semana, ele, Ver.Max, estaria trazendo ao município um empresário, o qual estava com intenção de investir e trazer suas empresas para o município, no caso, duas; sendo uma delas do ramo de energia solar. Falou que a ideia era de que um bairro fosse escolhido, assim como algumas famílias carentes, com a finalidade de que suas casas servissem de protótipos, com a instalação das placas de energia solar e, assim, mostrar para Guapimirim e para o Prefeito o benefício que seria trazido pela energia solar no município e, conseqüentemente, a economia que fariam. Em **aparte**, o Vereador **Marlon Vivas** parabenizou o nobre Edil por suas palavras, por suas Indicações e ações junto ao Legislativo, sempre preocupado com as questões que afligiam o consumidor. Disse que citara anteriormente duas ações que eram de grande relevância e que o nobre Vereador tinha abordado a possibilidade da vinda de empresas para o município. Explanou que o mesmo estava certo no que tangia à vinda de empresas para a cidade, dizendo que aquele era o caminho. No entanto, afirmou que o fato que prejudicava muito a vinda de empresas para o município era a existência dos pedágios, logo, deveriam criar medidas paliativas para que conseguissem superar a crise, motivo de sua Indicação da Lei. Assim, parabenizou novamente o Vereador e disse que se ele conseguisse reduzir aquele pedágio, que seria de grande valia para todos os munícipes. Além do mais, iria solucionar inclusive a questão das empresas que viessem a se instalar no município, servindo de incentivo, e enfatizou que o Vereador Max podia contar com seu apoio para aquele Projeto. **Continuando**, o Vereador **Max Alexandre Felizardo Castro**

agradeceu as palavras do Vereador dizendo que contava com sua presença na Audiência que promoveriam, e que ideias como aquela, certamente, seriam de bom proveito para a população de Guapimirim. Reiterou sua intenção de trazer empresários para o município, a fim de conversarem com o Poder Público, com o Prefeito e o Presidente daquela Casa e, assim, articular e pavimentar a chegada daquelas empresas no município. Falou que quando estivera à frente da Presidência daquela Casa, juntamente com os Vereadores da época, João Maurício, Oswaldo e o Sebastião Medeiros, tinham ido à Secretaria de Estado do Rio de Janeiro de Minas e Energia e conseguido êxito após uma longa negociação. Disse que naquela ocasião, o dono da empresa Worthington, onde atualmente encontrava-se instalada a Defesa Civil do município, estava no Texas, nos Estados Unidos, mas conseguiram, por meio de conferência, negociar e comprar a Worthington. Explicou que a ideia inicial era implantar, naquele local, oito empresas que viriam para o município, mas como Vereador Marlon acabara de citar, a questão do pedágio prejudicou bastante. Disse que naquela ocasião o então Presidente do Corinthians, o André Sanches, era quem estava trazendo aquelas empresas para o município. Falou que ele sobrevoara a área e aprovava o local, mas havia faltado, na época, um Deputado Estadual “brigar” em favor da isenção e redução daquele pedágio para que as empresas pudessem se instalar no município. Em razão de tal motivo haviam perdido aquelas oito empresas, informando que atualmente ainda existia aquela área, porém, havia uma grande parte ociosa; logo, esperavam concretizar um sonho e instalar algumas empresas e, assim, gerar empregos para o município. Salientou que esperava contar com os Poderes, complementando que o Sr. Presidente era uma pessoa muito empenhada e de muita visão, então, tinha a certeza de que o mesmo o ajudaria naquele sentido com o Poder Executivo, a fim de poder instalar as empresas e dar boas-vindas àquele empresário que estaria no município, na próxima semana. Com a **palavra**, o Vereador **Oswaldo Pereira** parabenizou o vereador Max, o Presidente e o vereador Marlon, alertando que falavam de novas empresas, mas muitas vezes se esqueciam daquelas já instaladas no município, as quais estavam precisando de ajuda. Destacou que o município podia fornecer alguma ajuda àquelas empresas, para que elas não venham a fechar as suas portas, arguindo que falava aquilo com consciência, pois fora funcionário de uma daquelas empresas por vinte e um anos e sabia o quanto a mesma lutava para permanecer com suas atividades dentro do município. Disse que falaram sobre o pedágio, o qual era caro; todavia, o Ver. Oswaldo alegou que o Poder Municipal também tinha como ajudar muito àquelas empresas a se manterem. Falou da existência da Cibrapel, a qual era localizada em Guapimirim e que, atualmente, gerava em torno de cento e oitenta empregos diretos, sem contar os indireto e, também, a empresa Papéis Guapi, antiga Klabin, que estava estabelecida em Parada Modelo, e que possuía várias funções. Havia ainda fundições que também dependiam do apoio do município, dizendo que nos dias atuais, quando

se falava em atrair empresas, que deveriam atraí-las sim, mas em primeiro lugar deveriam dar condições àquelas que estavam localizadas no município de permanecerem em atividade. Falou que uma das coisas que as empresas sofriam muito era com a taxa de iluminação pública, a qual era abusiva no município e que também atrapalhava a vinda de empresas a cidade deles. A seguir, pediu para que prestassem atenção naquela questão, que não era apenas o pedágio, e que as empresas quando vinham sondar o município, elas olhavam tudo, como por exemplo, a saúde e a educação do município, para que quando se estabelecessem os seus funcionários também tivessem uma boa qualidade de vida. Enfatizou que aquilo que cabia ao Poder Público, no caso, ao Legislativo e ao Executivo, era darem as mãos e buscarem solucionar aqueles problemas, porque tais questões dificultavam a vinda das empresas para dentro do município. Disse acreditar que naquele caso conseguiriam, sim, atrair as empresas, pois os empresários iriam ver que tinham condições de se estabelecerem ali apesar de um pedágio caro, que todos sabiam daquilo, mas os benefícios que seriam oferecidos, certamente, iriam estimular aquelas empresas a se instalarem na cidade.

**Continuando**, o Vereador **Max Alexandre Felizardo Castro** registrou a presença do professor Luís Augusto, o qual era uma pessoa que somara e continuava somando muito com o município. Falou que ele se empenhava muito com os jovens, e que era um eterno professor, dizendo que todos sabiam que ser professor era um dom, já que no Brasil, de um modo geral, todos tinham conhecimento da precária situação financeira relacionada àquela profissão, ressaltando que o professor nunca ficava parado. Disse que tinha a certeza de que o professor Luís Augusto estava dando uma pequena parada, como se fosse umas férias, mas sabia que logo ele estaria retornando e ajudando todo o município, e complementou afirmando que o professor Luís Augusto não parava, e até em casa estava ajudando as pessoas e dando auxílio com explicações para concursos, além de dar assistência em provas como redação, entre outras. Assim, disse que o professor não se aposentava, mas ficava eternamente como mestre, ou seja, ensinando aqueles que precisavam. Em **aparte**, o Vereador **Oswaldo Pereira** parabenizou o Vereador Max por fazer constar a presença do professor Luís Augusto, e disse que o mesmo fora um dos primeiros a incentivar os jovens a entrarem no curso de qualificação, e o elogiou pela atitude de buscar cursos para dentro do município. Ressaltou que estava surpreendido pelo fato de que aquele grande homem estar, atualmente, fora do município, e não, atuando no mesmo, como era de se esperar. Assinalou que quando se falava em qualificação e buscar parcerias, aquele homem trabalhara com afinco para realizá-las. Disse que no momento atual falavam em crise, mas na verdade se enfrentava a crise quando se capacitava o adolescente e o idoso. Reiterou que o professor Luís Augusto sempre lutara por aquilo, sendo que atualmente estava fora do município, enfatizando que uma mão-de-obra daquela tão preciosa, com tanto prestígio e dedicação ao município encontrava-se afastado. Assim, fez um apelo ao Prefeito para

que estivesse revendo o caso daquele homem que tanto brigara pelos jovens da cidade, inclusive pessoas da sua própria família, do Ver. Osvaldo, foram beneficiadas pelo professor, tendo frequentado o curso preparatório de marinho ministrado por ele, e fora aprovado, e atualmente estava trabalhando como fuzileiro naval porque tivera o apoio do professor Luís Augusto. Então, considerava que deveriam pedir para que o trabalho daquele cidadão pelo município fosse devidamente reconhecido. Com a **palavra**, o **Sr. Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras e também ao Vereador Max pela lembrança do Professor. Disse que gostaria também de externar aquele sentimento com relação ao professor, pois era um homem comprometido com a educação do município, e que podia ter a certeza de que fizera a diferença na vida de muitos jovens, como citado pelo Vereador Osvaldo. Disse que com relação às empresas no município, falou que eles, os Vereadores, estavam sempre trazendo à tona a dificuldade nos pedágios, mas que o pedágio não era só para o município de Guapimirim, pois Magé pagava pedágio e Duque de Caxias também, ou seja, todos os municípios pagavam pedágio; logo, cabia ao poder público buscar algum tipo de incentivo para atrair novas empresas. Ressaltou que o vereador Osvaldo citara a questão da cobrança da iluminação pública, que estava muito alta e que deviam buscar algum tipo de incentivo. Assim, pediu a Sua Excelência que pudesse levar aquele pedido ao Prefeito, a fim de que buscasse aquele tipo de incentivo com o objetivo de atrair as empresas para o município, e que se havia um custo mais alto em decorrência do pedágio, que se compensasse tal diferença de alguma forma no município, propiciando, assim, a geração de trabalho e renda. Em **questão de ordem**, o Vereador **Marlon Vivas** disse que aquela discussão estava sendo muito engrandecedora para a cidade e para o Legislativo, tendo em vista a preocupação de todos, e que considerava a preocupação única, ou seja, de sanar os problemas do município. Ponderou que em algum momento eles, os Parlamentares, podiam divergir de alguma coisa, mas sempre pesando em beneficiar o município. Quanto à fala do Vereador Max, assim como a do Vereador Osvaldo, o qual abordara de maneira exemplar a questão da COSIP, que era a taxa de iluminação pública, disse que gostaria que pudessem reunir os seus respectivos Gabinetes, a fim de fazer um estudo aprofundado e, conseqüentemente, o apresentassem em bloco junto ao Prefeito, com medidas paliativas, para que conseguissem trazer aquelas empresas, bem como fortalecer aquele que já estava estabelecido na cidade, para que não viesse a sofrer maiores conseqüências. Após, ratificou o desejo de propor aquilo a todos os colegas para que pudessem focar naquele projeto, com a certeza de seu total apoio. Em **aparte**, o Vereador **Osvaldo Pereira** disse ao vereador Marlon que já estavam discutindo aquela questão havia já algum tempo, juntamente com o Assessor Frank Matos, e que iniciaram aquele estudo de impacto que estava atingindo as empresas, informando que o mesmo estava andamento, dizendo novamente que Frank Matos o tinha auxiliado naquilo, em conjunto com o Gustavo, na questão da iluminação pública.

Ratificou a existência do estudo em andamento, para ser apresentado, e no momento em que aquela Casa de Leis quisesse, e se todos os Gabinetes se unissem, certamente teriam mais informações e conseguiriam fazer um projeto melhor. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** disse que só para lembrar, já havia sido feita a Indicação de sua autoria naquela Casa, no caso, a Indicação de número seiscentos e dois, para que o Poder Executivo criasse o programa de incentivo a pequenas empresas, e, também, ao próprio comércio local, o qual vinha passando por dificuldades diante daquela crise. Enfatizou que cabia ao Executivo fomentar de alguma maneira aquele tipo de ação, para que o município não minguasse a cada dia mais. Com a **palavra**, o Vereador **Claudio Vicente Vilar** iniciou suas palavras agradecendo a presença do seu amigo Nilson, e disse que o considerava um irmão e parceiro da família. A seguir, disse que em relação ao que o Vereador Marlon tinha falado sobre a segurança, que com certeza estavam precisando de ajuda, porque ele tinha amigos policiais e, realmente, eles reclamavam das condições de trabalho. Entretanto, o Poder Executivo também tinha que fazer sua parte e os ajudar, e também ao município, pois na cidade se entrava em bairros que estavam dando tristeza. Contou que na semana anterior ele, Ver. Cláudio, reclamara do bairro Paiol, e que naquele dia o Gaguinho viera lhe dar uma notícia boa: que já estavam limpando o Paiol. Então, disse que tinha de ser daquela forma, e que o Vereador não tinha que falar, pois considerava que o Secretário de Obras deveria andar mais um pouquinho e esquecer um pouco a documentação e colocar a turma para trabalhar. Revelou que estava vergonhoso entrar em certos bairros como, por exemplo, em Parada Ideal e no Jardim Guapimirim, asseverando que tudo aquilo era questão da segurança, porque se houvesse uma boa iluminação, com as ruas iluminadas e calçadas pintadas, iria despertar o sentimento de segurança nos moradores. Disse que tudo convergia para que o Executivo começasse a mostrar e que, infelizmente, o que estava atrapalhando os Vereadores era o Secretário de Obras. O ilustre Vereador falou que também estava tendo dificuldade na Saúde, e que quando vinha não apenas uma família pedir um remédio ao Vereador, mas várias, era porque estava havendo dificuldade, pois quando ninguém vinha pedir era sinal de que o serviço estava sendo prestado de forma adequada. Então, disse que na atualidade, realmente, o município estava passando por dificuldades, logo, deveriam analisar o que tinha para se fazer e se unirem, buscando o melhor para o município. No entanto, asseverou que não podiam tratar o povo da forma que estavam fazendo, e sim arregaçar as mangas. O Vereador Cláudio Vicente voltou a dizer que se o Secretário não estava fazendo um bom trabalho, então, que o destituísse do cargo e colocasse uma pessoa competente em seu lugar. Em relação à forma de trabalho, falou que não existia o regime de mutirão, e que o correto seria destacar duas pessoas para estarem limpando o bairro, pois se não obtivessem êxito já saberiam onde era o problema. Após, enfatizou a necessidade de trabalhadores para fazer a limpeza e manutenção do bairro, e que deveriam, sim, fazer o mutirão e depois

deixar duas pessoas atendendo o bairro. O nobre Edil declarou que brigava por aquela questão havia mais de dois anos, e falou também sobre a quadra de esportes do Jardim Guapimirim, dizendo que já havia pedido ao Secretário para resolver o problema, e como se não bastasse, fizera um pedido ao Sr. Prefeito para que falasse com o Secretário, o qual até a presente data não solucionara a questão. Por fim, disse que as quadras do município estavam se acabando, e o que haviam construído com muita dificuldade estava se deteriorando. Salientou que se os Vereadores não se reunissem e tivessem uma conversa séria nada iria se resolver, e que podiam contar ele, Ver. Cláudio Vicente, até mesmo para limpar a rua, pois tinha disposição para aquilo, e acrescentou que se quisessem que ele montasse uma equipe ele o faria, para ajudar o bairro, mas o que não podia acontecer era permanecer como estava. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras e disse que o Vereador já vinha fazendo sua contribuição. Expressou que aquela Casa de Leis sempre estivera ao lado do Executivo, colaborando para que as coisas funcionassem e caminhassem dentro do município, então, nunca nenhum Vereador daquela Casa havia deixado o interesse individual sobrepor ao interesse coletivo, ressaltando que o nobre Edil sempre procedera assim, ou seja, sempre buscara o interesse coletivo e, de alguma forma, auxiliando o poder Executivo, portanto, o Vereador vinha, sim, dando sua contribuição. Com a **palavra**, o Vereador **Franklin Adriano Pereira** disse que vinha observando que estavam todos querendo acertar e, juntos, apoiando o Prefeito, para que ele conseguisse sair daquela crise, bem como colocar o município nos eixos. Disse que considerava tudo importante e que todos estavam de parabéns, salientando que as discussões eram válidas quando procuravam um bem melhor para a população. Explanou que ele, Ver. Franklin, procurava fazer a sua parte, e que atualmente possuía um grupo de roçadeiras, e sabendo que muitas vezes o Executivo enfrentava problemas, ele próprio mandava roçar a Iconha, o bairro do Limoeiro e o Vale das Pedrinhas. Comentou que a funcionária Paloma, que se fazia presente na Sessão, e que trabalhava na limpeza urbana, tinha percebido aquilo, isto é, que ele, Franklin, custeava aquelas pessoas com seus próprios recursos, ponderando que eles não deveriam criticar apenas, mas sim estender a mão para ajudar. Finalizando, disse que ficava feliz quando via todos empenhados, e enfatizou que tinha fé e acreditava que a cidade iria conseguir superar aquela crise, pois se tratava de uma crise nacional e eles iriam conseguir chegar a dar uma qualidade de vida melhor para os cidadãos daquela cidade. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras. Concluído o Expediente, deu-se início à ORDEM DO DIA. Em pauta, **Projeto de Lei n.º 1.104/15**, de autoria do Ver. **Franklin Adriano Pereira**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **Projeto de Lei** foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Em pauta, **Projeto de Lei n.º 1.105/15**, de autoria do Ver. **Claudio Vicente Vilar**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **Projeto de Lei** foi **aprovado** por unanimidade em **primeira**

discussão. Em pauta, **Requerimento** n.º **035/15**, de autoria do Ver. **Max Alexandre Felizardo Castro**. Com a **palavra**, o Vereador **Max Alexandre Felizardo Castro** pediu ao pares desta Casa que aprovassem a Moção que ele estava dando a Srª Tânia, Secretária de Trabalho e Renda do Município de Magé, que vinha fazendo um trabalho belíssimo naquela cidade, e com a qual combinou a realização de algumas ações sociais conjuntas em Citrolândia, Vila Olímpia e todos os bairros que fizerem limite entre os municípios de Guapimirim e Magé, e que pediria ao Prefeito de Guapimirim ajuda na estrutura da área de saúde. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o **requerimento** foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. **Presidente** encerrou a sessão quando eram doze horas e trinta e seis minutos. Nada mais tendo a registrar, eu, **Franklin Adriano Pereira**, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, mandei lavrar a presente Ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais Vereadores.

EM BRANCO